

# O ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: 21 ANOS

**Carlos Eduardo dos Reis**

Professor no Departamento de Metodologia do Ensino, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina  
E-mail: reisced@gmail.com

**Resumo:** Entrevista realizada com o Gerente do Arquivo, Hailor Fernandes, em primeiro de julho de 2015, no Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, por ocasião dos seus 21 anos de existência. As temáticas trataram sobre: a constituição histórica do arquivo; dos seus fundos documentais; das condições de funcionamento e infraestrutura; do problema do acesso à informação e pesquisa; da autonomia administrativa e finaliza com a necessidade da defesa e de políticas públicas claras na defesa e conservação do patrimônio documental do município.

**Palavras-chaves:** Arquivo histórico. Documentos. Memória. Arquivos - Pesquisa. Preservação.



## 1 INTRODUÇÃO

Os Arquivos Históricos Municipais, constituem uma parte significativa do patrimônio documental do país, em função da enorme quantidade e variedade de fundos documentais que possuem, se constituindo assim em um importante depositário da memória social.

Porém, nem sempre, a importância histórica desse patrimônio, se coaduna com as condições de funcionamento e preservação de seus acervos.

E o que podemos constatar nesta entrevista feita junto ao gerente do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, Hailor Fernandes, que nos relata em detalhes tais condições.

De fato, as condições de existência e funcionamento dos arquivos históricos municipais, são preocupantes, como já nos mostrava a pesquisa desenvolvida pela Fundação Histórica Tavera, que levantou a situação do patrimônio documental brasileiro e suas condições de estrutura e funcionamento.

O levantamento feito pela Fundação, abrangeu os arquivos

estaduais, municipais, eclesiásticos e vários outros tipos como os dos Institutos Históricos, Museus, Fundações, etc.

Não se trata nesta Introdução, de fazer um estudo exaustivo e detalhado sobre a situação dos arquivos municipais, mas chamar a atenção para os muitos problemas que ainda persistem e que aparecem em nossa entrevista.

Um dos muitos problemas levantados e detectados pela Fundação Tavera, diz respeito a estrutura arquivista do Brasil. O informe destaca, que os arquivos municipais, dependem das Prefeituras Municipais ou das Secretarias Municipais de Cultura; no qual implica que não possuem autonomia política e administrativa para seu funcionamento. (FUNDACIÓN TAVERA, 1993, p.9). Daí decorre todos os outros problemas relativos a infraestrutura; a preservação; as condições de segurança; a formação profissional; tudo o que envolve a existência do arquivo.

Por sua vez ainda, cabe ressaltar que o informe da Fundação Tavera, visava fornecer subsídios para o aperfeiçoamento de uma política nacional de arquivos no Brasil.

No que tange aos arquivos municipais, nas suas recomendações de caráter geral, propunha continuar a promoção de iniciativas que tendiam a recuperar e melhorar os arquivos municipais, onde tais ações deveriam se dar por iniciativa dos próprios arquivos municipais e de suas administrações. Também deveriam incentivar a criação de arquivos municipais, onde não houvessem. (FUNDACIÓN TAVERA, 1993, p.44).

Por fim, nas recomendações de caráter específico, o informe recomendava quanto aos arquivos municipais, campanhas de conscientização das autoridades competentes, para a institucionalização e criação de arquivos nos municípios, incluindo os arquivos das Assembleias Legislativas; a promoção e criação de redes de arquivos municipais em cada estado da federação para promover a melhora e preservação. Tais projetos poderiam ser coordenados pelo Conselho nacional de Arquivos – CONARQ. (FUNDACION TAVERA, 1993, p.46).

Como veremos a seguir, muito há por se realizar.

## 2 ENTREVISTA

**C.E.R:** Entrevista realizada no dia primeiro de julho de dois mil e quinze no Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis com o atual gerente do Arquivo, Hailor Fernandes, Historiador formado pela UDESC, acadêmico do curso de Arquivologia da UFSC e Mestre em História pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Esta entrevista está sendo realizada para *Ágora: Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina & Curso de Arquivologia da UFSC*, e não será usada sem a autorização do entrevistado. Ela só serve para esse fim e qualquer outro uso será pedido a autorização e permissão dos entrevistados.

**C.E.R:** Hailor, Boa tarde meu caro. O Arquivo Histórico está completando esse mês que vem 21 anos, de existência. É uma instituição relativamente nova, não é isso? Fale-nos um pouco de sua constituição e como que o arquivo veio parar aqui?

**Hailor:** O arquivo foi criado no ano de 1994 pela Lei Municipal 4.491. A criação do arquivo estava ocorrendo no momento em que se constituía todo um projeto nacional de criação e manutenção dos arquivos. E logo em seguida do pelo Decreto 661, é votado e aprovado o regimento interno, criando a diretoria do arquivo histórico e depois são os Decretos 622 e 623 instituindo as normas e o plano municipal de destinação de documentos que disciplina todo o funcionamento do fluxo documental do município.

A seguir em 2001 é votado e aprovado a primeira tabela de temporariedade do município que ainda não foi revista, apesar de sucessivas vezes está sendo gratificado servidores para constituição de uma comissão de avaliação documental que não revê tabela de temporariedade.

A documentação do arquivo é de natureza administrativa. Nós temos fundos documentais do século XVIII, XIX e XX, e os fundos documentais mais antigos datam do ano de 1715, século

XVIII. Nós temos 17 livros do século XVIII, de um conjunto de 387, a grande parte do fundo histórico está centrada no século XIX, mas também temos um conjunto de documentos do século XX, que se constitui de Leis, Decretos e Portarias, e os mais recentes que são os Ofícios dos Prefeitos pegando até a data de 2004, no final da segunda administração da Prefeita Ângela Amim. Desde então não foi recolhido um só documento de nenhuma das administrações posteriores.

O acesso a esta documentação é dado hoje em dia mediante um agendamento prévio, dada a limitação da nossa equipe técnica e por razões de segurança tendo em vista que o desligamento do sistema de climatização do acervo tem aumentado o risco de contaminação por elementos biológicos, patogênicos: fungos, bolores, e vários outros que podem afetar a saúde das pessoas.

### **C.E.R: Antes do arquivo ser constituído através de Lei, onde este funcionava e como era guardada esta documentação?**

**Hailor:** A princípio este arquivo transitou em vários prédios do município. O primeiro endereço do arquivo histórico foi na Rua General Bittencourt, num prédio também histórico, do século XIX, sem quaisquer condições. Este acervo estava guardado em caixas de papelão, sem nenhuma organização outros amarrados em fardos. O nosso acervo histórico, livros históricos dos 387 estava na casa de câmara e cadeia, que é do prédio vizinho aqui do lado, e que só foram salvaguardados para cá na década de 1960, pelo Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral.

Depois o arquivo passou a ter a sua sede na Rua Vidal Ramos, onde hoje se encontra uma loja maçônica, um prédio antigo também do século XIX.

As condições de armazenamento eram as mesmas, em caixa de papelão, em fardos de documentos amarrados. Posteriormente no final da administração do Prefeito Sérgio Grandó, concomitante a formação jurídica pela lei 4.491 que o criou, o arquivo passa a funcionar no andar térreo do prédio da Prefeitura na Rua Almirante Alvim, um prédio antigo sem condições de salubridade.

No início da administração da Prefeita Ângela Amim, é novamente transferido, dessa vez passa para a Rua Conselheiro Mafra, e ali começa a haver uma preocupação, a formação de uma consciência em relação a necessidade de dar um tratamento mais adequado a esta documentação. Devido a isto, Prefeita Ângela Amim, celebra um convênio com o Banco do Brasil que aparelhou e cedeu em regime de comodato o prédio em que se encontra hoje, sediado na Praça XV esquina com a Rua Tiradentes, no ano 2004.

Continuamos numa situação precária no sentido de não termos um reconhecimento por qualquer aspecto legal da nossa sede. Batalhamos muito pela construção de uma sede própria, construída com a finalidade de ser um arquivo e não se contempla isso, pelo menos os projetos já apresentados da construção uma sede da prefeitura e em momento algum foi contemplado a designação de uma área para a construção de um arquivo.

O arquivo foi aparelhado pelo com materiais e equipamentos de última geração naquele momento, no ano de 2004, e hoje a gente se encontra numa situação de obsolescência de praticamente de todos esses equipamentos e espaços, então na medida da nossa entrevista eu vou detalhando cada um desses aspectos.

**C.E.R: Ou seja, se vier alguém aqui dizendo que o prédio é dele, é dele!**

**Hailor:** O Banco do Brasil pode reverter, e a princípio os primeiros contratos que foram celebrados tinham vigência de 5 anos, passaram para a vigência de 2 anos e hoje eles são revisados anualmente.

**C.E.R: Desde os anos 90 cresceu a preocupação do Estado brasileiro com sua memória, e isso ocorreu com a própria criação do CONARQ e uma sede nova do Arquivo Nacional. Toda uma política de Estado visando a preservar a memória e a história. Nesses anos que você está por aqui, como foi que a municipalidade encarou isso? Houve a preocupação de fazer a**

## **gestão dessa informação como algo estratégico para municipalidade? E quanto a Lei de Acesso a Informação?**

**Hailor:** Nós passamos um paralelo, porque o momento em que o arquivo esta sendo criado em nível nacional esse movimento de criação e de preservação do patrimônio documental ele é concomitante ao processo de redemocratização do país. A documentação passa a ser um suporte básico e fundamental para o exercício da cidadania, então esse acesso passa a ser uma necessidade, passa a ser uma obrigação do serviço público nesse sentido.

Podemos dizer que as administrações do Prefeito Sérgio Grando e da Prefeita Ângela Amim estavam conscientes naquele contexto, é cumpriram como seu papel, compreenderam a importância que naquele momento havia para fortalecimento de uma instituição como o arquivo histórico.

Mas o paralelo que eu queria traçar, é que hoje estamos na vigência da lei geral de acesso à informação que é um reforço ainda maior da importância do patrimônio, do próprio exercício da cidadania. Mas o que se percebe é que as administrações que se sucedem, aí no caso, estou falando da administração do Dário Berger e da atual do Cesar Souza Júnior há um completo desprezo. Ocorre o desaparecimento do arquivo de maneira justificar que o município não possui condições próprias de gerar, guardar e custodiar o seu próprio acervo documental, terceirizando a guarda desses documentos.

Mas o que se percebe, é que não há uma sensibilidade para importância, que foi dada pelas administrações anteriores, já citadas, em relação a isso. O que eu posso testemunhar é de que o arquivo nunca esteve numa situação tão ruim em todos seus 21 anos de história.

Está numa situação inferiorizada inclusive ao momento de sua criação, apesar da gente não ter mais deslocamentos, estamos em um limbo jurídico, não tivemos a atualização da legislação que cria o acesso ao arquivo, e não sabemos se o arquivo é uma gerência ou uma diretoria; por mais que requisitemos a atualização

desta legislação, os servidores públicos tem sido tomados como inimigos dos governos, não compreendem que trabalhamos sobre o mesmo propósito e o que a gente vê é uma instituição em vias de privatização, de terceirização.

Por tudo que conseguimos verificar, o arquivo não só o depositário legal do acervo de documentos históricos e permanentes, ele também é entidade Arquivística responsável pela gestão documental de toda estrutura administrativa da prefeitura.

Hoje em dia cada secretaria promove sua própria gestão, terceirizam a guarda de seus documentos, não eliminam documentos, ou se os eliminam fazem de forma indiscriminada, e sem publicação.

Isso pode ser constatado no diário oficial do município, criado em 2009. Eu desafio qualquer pessoa que encontre um só edital de descarte de documento como determina a legislação federal, a legislação estadual e a própria municipal.

Existe um trâmite, um documento público municipal só pode ser descartado com o conhecimento do arquivo histórico do município e mediante publicação no diário oficial do edital, dando ciência de quais documentos, em que quantidade, qual validade, eles estão sendo descartados, devendo-se aguardar inclusive um prazo legal de 31 a 45 dias para que algum cidadão, alguma instituição, entidade, se manifeste. Caso contrário, não havendo qualquer manifestação, os documentos são descartados.

Hoje em dia os documentos históricos e permanentes que estão fluando nas diversas secretarias e órgão da Prefeitura não vem mais para o arquivo, não é recolhido uma só folha de documento no arquivo municipal desde o ano de 2009 quando eu cheguei aqui.

Por mais que tenhamos tentado alertar essa gestão, tentado solicitar intervenções, no sentido de retomar esse fluxo documental, de maneira que, pelo menos os documentos de valor histórico (de valor permanente) venham para cá, nada disso é levado em consideração.

A alegação é a de sempre, que não existe espaço suficiente. Essa alegação é dos gestores, dos gestores políticos vamos dizer, e

não é a nossa alegação. A gente sabe que se houver, há necessidade de se promover uma gestão interna aqui também, que vai abrir muito espaço.

Teríamos hoje condições suficientes de armazenar aqui algo em torno de 5 a 7 milhões de folhas de documentos. Hoje, temos uns 2 milhões e meio, havendo uma possibilidade de absorver muitos documentos importantes. Poderia citar os documentos referentes ao arquivo do IPUF, que datam de 1926 e estão ligados ao patrimônio urbano e histórico do município e que deveriam estar aqui.

Não quer dizer que não estejam lá sob a mãos de bons profissionais neste momento, mais que segundo a legislação deveriam estar aqui assim, como também a existência de um arquivo na Câmara Municipal que de acordo com o meu entendimento da legislação, que cria e dá as atribuições do arquivo é ilegal.

O arquivo é o custodiador, é o guarda oficial da documentação dos três poderes no que tange ao município de Florianópolis e lá existe um arquivo com aproximadamente 4 milhões de folhas de documentos. Esse do IPUF tem aproximadamente 4 milhões de folhas de documentos. Não consegue estimar as demais secretarias porque nunca nos foi franquiado o acesso para que pudéssemos fazer os levantamentos.

Nesse sentido o arquivo tem se preocupado em reorganizar seu espaço interno, identificar toda essa documentação porque todos os serviços que foram feitos, todos eles foram perdidos, todos os bancos de dados gerados foram perdidos pela falta de atualização de equipamentos.

O arquivo desde a segunda administração da Prefeita Ângela Amim, tem sido administrado por políticos, não por técnicos, não por servidores, isto tem gerado problemas na continuidade dos trabalhos na medida em que o compromisso, é só naquele período de administração, não existe uma representação, e um compromisso, eu diria até um espírito público no sentido da continuidade desses trabalhos visando o fortalecimento e a divulgação do que o arquivo é, e do que ele possui, como ele é

importante, como instituição e como é repositório de informações, como sustentáculo da cidadania.

**C.E.R:** Como que a municipalidade recebeu aqui a questão da lei do acesso a informação, do direito da informação? Isso foi um esforço do Estado também, em função de toda uma outra conjuntura estabelecida, seja a abertura dos arquivos políticos, a transparência da comissão da verdade, inclusive aqui em Florianópolis está funcionando ativamente colocando muita gente numa saia justa. Como que foi recebido aqui na municipalidade a obrigatoriedade do cumprimento dessa lei de acesso à informação?

**Hailor:** Foi feito simplesmente a formalização mediante o decreto, agora me falha o número desse decreto, ele é concomitante a publicação da lei, mas é em 2012 a lei geral de acesso a informações a 12.527 (aprovada em 18 de novembro de 2011) e o decreto municipal é de 2012.

E ali o que se vê no texto desse decreto é tentativa de criar-se tramites que na verdade não facilitam o acesso à informação, mas o dificultam, na medida que não seguem os parâmetros da lei federal, que não seguem os parâmetros do decreto estadual.

O decreto municipal faz com que a solicitação das informações se dê via ouvidoria do município, quando a instituição que deveria em primeiro lugar ser consultada para redação deste decreto e depois constituída como a instituição que daria o acesso a informação deveria ser o arquivo, e passou isso para a ouvidoria, e dessa ouvidoria há um conjunto de prazos legais que ao invés de facilitar eles dificultam.

E como é que se dá isso via ouvidoria? Você entra com um pedido, e eles em 48 horas dão uma resposta, se existe ou não essa informação. Depois havendo a disponibilidade da informação, eles indicam qual a instituição. Se você solicitar uma informação tributária, vai ser encaminhado ou para a secretaria de finanças ou para secretaria de receita.

Como eu disse foi terceirizada a guarda desses documentos,

então via de regra o cidadão faz a solicitação da informação, esse prazo de 48h não é cumprido, é projetado para mais 30 dias, prazo de recurso, e a instituição tem mais 45 dias para dar uma resposta que hoje em dia o trâmite normal do momento que você solicita até o momento em que você obtém uma resposta que pode ser não, são 180 dias.

A lei geral de acesso à informação ela só cria condições de acesso a mesma, de documento de caráter sigiloso, privado ou secreto. Nós não temos uma documentação de grande extensão dessa natureza, o que não justificaria. Documentos fiscais, administrativos, legais, trabalhistas, todos estes documentos, que não estão enquadrados como secretos, sigilosos e privados, todos estes documentos deveriam estar disponíveis e de fácil acesso a toda população.

Nós somos uma entidade, arquivo com 21 anos de idade. Estamos no século XXI e nós não dispomos sequer de uma website, de um endereço, uma página na internet, em que a gente possa oferecer essas informações, e tão pouco existe na prefeitura qualquer sistema em que essas informações estejam disponíveis ao público.

Tem sido uma briga bastante grande, porque a terceirização já pressupôs a digitalização e o oferecimento de um sistema que são utilizados no âmbito interno da Prefeitura. Quanto a esse sistema, no momento, temos dito que a principal característica dele, é estar voltado para público exterior, para cidadão.

Hoje em dia o acesso à informação é todo intermediado, ele não é direto. O cidadão não tem acesso direto a informação, vai fazer a solicitação a ouvidoria, por exemplo, a ouvidoria vai fazer a solicitação a secretaria de administração, a secretaria de administração vai fazer a solicitação a empresa terceirizada, para daí voltar todos estes mesmos caminhos até a ouvidoria para informar se o documento está em determinado local e em tal dia estará disponível para você, e dependendo do documento. Eu duvido conseguir um documento fiscal, tributário, legal, qualquer coisa dessa natureza, não se consegue.

**C.E.R: E mesmo com toda essa burocracia a sociedade tem procurado as informações, tem tido uma grande procura pela informação arquivista?**

**Hailor:** Nosso público principal é o público acadêmico. Quando eu cheguei aqui em 2009, nós tínhamos uma média anual de pesquisadores que gerava entre 1200 a 1500 pesquisadores ano. Esse ano eu acredito que a gente não tenha atingido 5 pesquisadores, estamos mais da metade do ano, no 7º mês, hoje é dia primeiro, temos 5 pesquisadores.

Não quer dizer que não tenha procura, o que a gente não tem condições de dar acesso as informações que não estão sobe o nosso poder. Em geral a gente orienta, estes pesquisadores sobre as instituições nas quais eles devem procurar. Por exemplo, se você quer um documento fiscal, você vai chegar na secretaria de finanças, eles não vão lhe dar uma sala com acesso a pesquisa, para você próprio proceder a sua pesquisa.

Eles também não possuem catálogo, um índice das informações que contém, para quem é pesquisador, sabe que se não houver, estes elementos de recuperação da informação, estes elementos que detalham as informações contidas no arquivo, eu não vou poder tirar da minha cachola mágica, e dizer, não, mas eu queria uma coisa assim, assim, assim, assado.

A maioria das secretarias se exime de receber e dar as informações a esses pesquisadores, dizendo que não tem espaço, não tem arquivo, não tem relação do material, ou dos assuntos. Neste sentido a instituição de pesquisa seríamos nós, temos espaço de pesquisa, somos direcionados e criados com essa finalidade, mas isso em momento algum se consubstancia.

A administração municipal, ela é feita de forma transparente no sentido de alguma documentação que está no portal da transparência, mas tente acessar fisicamente aquelas informações, você verá que a acesso a informação de fato não se consegue, e não se tem como conferir se aquela informação que está lá transparente, entre aspas, confere com o original.

**C.E.R: No início da nossa entrevista, você começou a falar sobre o acervo documental que está sobre a guarda do arquivo. Detalhe melhor esse acervo, e qual a importância dele do ponto de vista histórico para cidade?**

**Hailor:** Falamos a pouco, que o processo civilizatório pressupõe o regramento do conjunto social. Temos na história de nosso país, um processo de colonização que se deu pelo povo português e toda radicação das pessoas dentro do território colonial português necessitava de um regramento porque para existir, era preciso ter de algum nicho econômico que fosse ser explorado. Sendo a colônia pertencente a metrópole, sendo a metrópole uma monarquia, tudo pertencia ao rei, então todas as concessões, sesmarias e quadras de léguas e várias outras que foram feitas, se enquadram, por exemplo a sessão de exploração ao nosso patriarca aqui o Francisco Dias Velho.

Mas a documentação começa a ter uma maior precisão e produção e com mais frequência a partir do século XVIII quando começa a vir para cá os casais açorianos. Um pouco antes disso, por questões de litígio com a Espanha a construção das fortalezas, e tudo isso há necessidade da administração, e do regramento, como eu disse, por meio de ordens, por meio de provimentos, por meio de ordenamentos, por meio de controle de receita e despesa, por meio da tributação de elementos que aqui no caso era muito comum, como o óleo de baleia, a farinha de mandioca, a água ardente e várias outras pequenas culturas que se tinha.

Assim, na medida em que esse processo civilizatório está se radicando aqui, instituições como a câmara municipal e as assembleias provinciais são constituídas, são realizadas eleições e esses são os nossos documentos mais antigos que se constituem nos primeiros registros desse ordenamento social e desta relação entre este povoamento que era Desterro com o vice-reinado do Brasil, e dele com a metrópole portuguesa.

A partir do momento que esses registros vão sendo efetuados, eles vão criando, como que a gente pode dizer, uma história administrativa de como é que é que a sociedade vinha se

consolidando, sobre que parâmetros morais, valores, leis, comportamentos, economia, sociedade que havia aqui, como que se caracterizava, como funcionava o regramento por meio do poder municipal, o poder provincial, é um mapeamento da sociedade que existia naquela época.

Através dos documentos que temos aqui, se tem uma noção de quantos escravos existiam, a quem pertenciam, quais eram os principais elementos de renda, de receita que a câmara tinha na cobrança dos mercados públicos, dos comércios existentes, de como é que se dava essa relação, quais eram as comunicações que haviam entre o poder provincial e os municípios do interior da província, e nesse caso também da comunicação do presidente da província com o Vice-Rei no Rio de Janeiro.

Posteriormente esta documentação vai acompanhar as modificações históricas. Essa documentação segue essa padronização como havia dito. Enquanto o Brasil foi colônia, nós conseguimos fazer essa leitura, de como a era administração colonial na Desterro daquele período, posteriormente proclamada a nossa independência, a gente entra e se constitui num império e todas estas relações administrativas precisam ser novamente reformuladas dentro das comunicações, dentro dos ordenamentos da legislação da tributação e passa a ver uma comunicação um pouco mais direta, antes havia uma comunicação indireta com Portugal, e passamos a ter uma comunicação direta com o Rio de Janeiro a sede do Poder Imperial Brasileiro. Depois se reproduz isso novamente no segundo Império, e todos os eventos históricos que estão de uma forma ou de outra ligadas à nossa região, acabam encontrando ali em determinados momentos o seu registro, como a chegada dos colonos germânicos e italianos.

O nosso arquivo acaba espelhando a história e os grandes eventos da história brasileira numa dimensão local, e tudo isso, toda essa documentação vai demonstrando como é que se dava esse funcionamento, a comunicação e o empreendimento daquilo que se poderia chamar de políticas de governo como a criação de escolas, a abertura de estradas, de hospitais, educação, e como é que vai ocorrendo isso nos ordenamentos, no caso no II Império como é

que isso vem ocorrendo aqui em Florianópolis até a Proclamação da República, em que a gente pode destacar, como o documento mais significativo que a gente possui aqui é o da mudança de nome de Desterro para Florianópolis, pelo Governador então, Hercílio Pedro da Luz.

A partir do momento de mudança desse regime muda novamente a documentação, muda novamente a forma de se administrar, e tudo isso acaba ficando nos nossos registros. Outros registros que nós temos, que também espelham o funcionamento da Cidade, daí de um ponto de vista um pouco mais subjetivo, são os registros dos enterramentos, a gente não fala os registros de óbito porque o que temos mesmo é o registro de onde as pessoas foram enterradas no cemitério.

Havia um cemitério na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, onde hoje é o Parque da Luz, em virtude justamente de ser um campo santo é que aquele local até hoje não foi permitido a edificação, até que expire o prazo de até 150 anos, datando de 1925. Temos registros que datam de 1841 a 1925.

Em 1925 é feito o traslado de corpos e jazigo desse cemitério da cabeceira da ponte para o que hoje é o cemitério o São Francisco de Assis, que é o cemitério do Itacorubi - Florianópolis. Essa mudança do cemitério ela é entendida também dentro de um conjunto de reformas urbanísticas e saneadoras em que está começando a se criar condições da higienização da sociedade em que a gente começa a retirar da parte mais visível da cidade, elementos, como eles consideravam feio aquele cemitério, bem no meio da entrada da cidade, cujo acesso era feito por meio portuário, e começa a haver um local específico dentro da cidade para colocação dos mortos.

Esse cemitério da cabeceira da ponte é muito interessante porque é dividido em várias irmandades. Estes assentamentos, estes enterramentos que a gente possui aqui, a gente consegue perceber a área destinada a Pagãos, aos Negros, aos Católicos, aos das Ordens da Ilha de Terceira, a Ordem São Francisco, e no caso em específico a ordem do Senhor Bom Jesus dos Passos é no próprio Hospital de Caridade, no fundo do Hospital de Caridade.

Um outro fundo de registros de enterramentos que possuíamos se refere ao Cemitério da Trindade ali nas proximidades da Universidade Federal de Santa Catarina. Existe uma igreja, e na frente dessa igreja uma praça, essa praça era o cemitério público daquela região. Estes registros também que datam de 1954 até 1976, os corpos que ali estavam também foram trasladados para o Cemitério de Itacorubi e esses registros nós possuímos aqui. Temos alguns mais recentes, mas ainda não temos, tentamos recentemente fazer o mapeamento de todos os cemitérios e procurar estes registros. Temos conhecimento de alguns em relação ao norte da ilha que datam inclusive do Século XVIII, sendo muito anteriores aos que temos aqui, mas não há uma preocupação com o recolhimento desses documentos.

Temos aqui também, muitos livros de receita e despesa da Câmara, em relação a do Século XIX, que permite saber como a câmara se compunha, como funcionava.

No Século XX, começamos a ver a mudança com um pouco mais de autonomia do município, do funcionamento dele com a Câmara Municipal e os documentos sofrem uma modificação, porque enquanto império, enquanto colônia, havia uma necessidade muito grande do controle externo sobre as finanças do funcionamento do poder municipal.

A partir da Proclamação da República, a gente vê um afrouxamento dessa vigilância digamos, e ao mesmo tempo um maior grau de autonomia que pode ser presenciado na quantidade de leis e decretos que passam a regulamentar o funcionamento da administração pública municipal, em contraposição aos períodos anteriores em que estes ordenamentos vinham do Imperador ou da Majestade da Metrópole.

Estes ordenamentos passam a ser internos. Isto quer dizer que anteriormente que os códigos de postura eram um ordenamento de natureza provincial seria hoje equivalente ao estado, enquanto essas leis que constituem esse fundo do Século XX são todas leis municipais, ou seja, o próprio município passa a criar suas próprias leis ao invés de obedecer ao ordenamento jurídico provincial ou do estado.

Passa haver a criação de um elemento, que é o servidor público, pois até então toda constituição do serviço público, seu funcionamento, se dava muito mais por critérios pessoais e políticos. Começa a haver uma preocupação técnica, essa preocupação técnica que pode ser traduzida através de documentos que de 1903 até 1956. Só existe a secretaria de administração. Em 1956 é criada a secretaria de Obras e quanto mais contemporânea vai ficando essa documentação, mais diversificada vai ficando a produção documental e a administração pública que de uma secretaria de administração se dividiu em secretaria de administração e obras, depois, secretaria de administração, obras e educação.

Nos anos de 1960 entra a secretaria de planejamento, a secretaria de finanças, secretaria de fazenda, ou seja, na medida em que a sociedade Florianopolitana vai se tornando complexa, vão se tornando complexas as relações administrativas.

A modificação da sociedade, as grandes transformações sociais, tecnológicas, de valores, que ocorrem durante o século XX podem ser identificadas nessa documentação, na sua modificação e na complexidade da administração pública, chegando até nos últimos documentos que foram recolhidos da Prefeita Ângela Amim, que se restringem praticamente aos documentos que seriam os ofícios, dela se comunicando com os secretários, com o Governo do Estado, com a Presidência da República, e com outras entidades.

Mas o que se pode dizer é que a documentação do Século XX, é formada muito mais de lacunas, pois uma boa parte da documentação que possuímos aqui, encontrarão a sua complementação com o recolhimento de outros fundos documentais que hoje flutuam nas secretarias.

O que nós possuímos aqui eu penso, seja uma parcela de todo o acervo que seria referente ao século XX, dessas secretarias, de cada uma delas, desde quando foram criadas não foram aplicados os procedimentos de gestão documental.

Muitos desses documentos, já deveriam ter vindo para cá e não vem, são documentos bastante antigos também. O que nós

possuímos hoje aqui no acervo do Século XX e o que gente pode dizer, que é um conjunto de lacunas, a gente não tem um corpo, um fundo documental específico, é de uma administração, mas é de muito multifacetado, são pequenas partes de documentos da educação, do IPUF, da SUSP do SETUF, de várias secretarias nossas aqui em isolado.

**C.E.R: Vamos falar de uma outra coisa que você tocou, ou seja a preservação do acervo, a infraestrutura, e sua autonomia. Essas três coisas estão intrinsicamente ligadas e pelo que você já relatou aqui, a medida que cresce o discurso sobre a informação e a sua importância decaem a infraestrutura e a sua preservação. Detalhe um pouco mais para nós o problema da preservação desse acervo, pois você frisou no começo de nossa entrevista que havia uma boa infraestrutura e que hoje está depauperada. E o problema da autonomia?**

**Hailor:** Certo então vamos lá, fazendo um breve histórico voltando ao ano 2007.

Em 2007 tínhamos 21 pessoas trabalhando no arquivo, as atividades todas relacionadas a restauração de documentos, laboratório ativo, laboratório aparelhado com materiais, cargos gratificados, a estrutura ainda era de diretoria, profissionais relativamente qualificados, e, se não qualificados, extremamente comprometidos com a coisa pública, e desde então, como eu disse, houve uma decisão política no sentido de ir retirando do arquivo as prerrogativas inerentes a ele no que tange ao acesso a informação.

A estrutura dada pelo Banco do Brasil em 2004 nos fazia figurar entre os 10 melhores arquivos do país, por causa da climatização, estantes deslizantes, profissionais qualificados, constantemente capacitados com orçamento próprio aplicado no seu destino em específico. É claro que tudo hoje em dia vai se tornando obsoleto como é o caso dos equipamentos, mas a administração municipal não teve a preocupação de ir mantendo essa estrutura em funcionamento e na mesma qualidade. Hoje se a

gente figura entre os 100 melhores do país eu me daria por surpresa, e justamente por um desses principais critérios que é a climatização.

Como eu disse, a partir do 2º Governo da Prefeita Ângela Amim, o arquivo não é mais administrado por técnicos, passa a ser administrado por políticos, e aí começa a haver certos problemas na manutenção de convênios, porque não havendo pessoal técnico que dê prosseguimento as atividades, houve o corte de gratificações, e tenha em 2009 por uma decisão do prefeito Dário Berger a estrutura administrativa do arquivo, até então diretoria, é tornada gerência sem que tenha sido feita qualquer adequação da legislação e dada novas atribuições a essa gerência.

Abaixo dessa gerência não existe ninguém, a gerência não possui autonomia nem decisória nem financeira que havia no período da diretoria, ela não foi revogada, ela não foi complementada, toda legislação ainda está vaga a gente solicita ainda que haja ao menos uma discussão, mas o município se nega a essa discussão.

Hoje a nossa estrutura ela está bastante precária, nós temos hoje 3 computadores, sendo que 2 deles eram lixo tecnológico da Caixa, que foram remetidos para cá e nos dão problemas constantes. Temos dificuldade de manter os procedimentos de dedetização e de desratização do ambiente dentro daquilo que é recomendado a cada 6 meses, o nosso orçamento não é aplicado aqui, pelo menos a leitura que se pode fazer, do que é orçado, valores empenhados, nada se refere as atividades do arquivo.

O que houve foi que o arquivo passou a ser uma entidade de uso político para empregos de cabos eleitorais, de amigos de vereadores, hoje ele é um lobby político, é negociado entre o legislativo e o executivo municipal.

Em virtude disso a instituição não tem sido mais administrada do ponto de vista técnico, mas só do ponto de vista político, e das vezes que tentei dar uma administração técnica ao arquivo, pelas duas ocasiões, como é a presente, fui exonerado do cargo porque há uma indisposição em relação a colocação do arquivo dentro dos parâmetros que seriam os desejáveis.

Temos hoje 3 servidores efetivos que trabalham aqui. Duas servidoras da educação, eu também sou da educação, então os três são oriundos da educação. O arquivo não possui equipe própria, não existe perspectiva de concurso para constituição de equipe própria, dispomos de 4 estagiárias do curso de arquivologia que estão aqui com finalidade de identificar documentação para que ela seja digitalizada e tão logo digitalizada seja remetida e custodiada naquelas empresas na Palhoça.

Não contamos hoje em dia com o fornecimento de materiais mínimos para nossa higiene e proteção pessoal, apesar das máscaras e as luvas serem fornecidas em número e quantidade suficiente e qualidade inclusive, nós temos que fazer solicitações prévias visando não haver a falta, porque todos os procedimentos, todas as solicitações que vão desde a retomada da climatização, desativada em 2011 na passagem do governo Dário Berger para o governo César Souza Júnior, até o momento não foram restabelecidas.

Há pouco eu comentei com o professor sobre os nossos documentos estarem ficando com fungos, com bolor, tudo isso, decorrente da ausência da climatização. Todos estes documentos estavam devidamente higienizados aguardando algumas ações pontuais de restauro, em papel japonês, ou simplesmente a costura e a encadernação dos mesmos, hoje tem que passar por todo o processo de higienização novamente dada a proliferação desses elementos.

A telefonia faz poucas semanas que foi restabelecida, ficamos praticamente dois anos com problemas, nossa caixa d'água não é limpa a mais de 3 anos, o filtro d'água foi trocado hoje após 2 anos de uso, sendo recomendado 6 meses.

Temos goteiras, nós temos vários curtos e disjuntores desarmados no nosso quadro elétrico, nós temos problemas de segurança decorrentes do acesso de pessoas estranhas, em horário fora do horário do expediente que é franquiado por uma trabalhadora terceirizada, mas que é mãe de um vereador, e está dentro daqueles acordos políticos, além disso existe galerias de artes no andar superior, que eventualmente promovem as

exposições e muitos dos convidados a essas exposições transitam livremente pela dependência do arquivo, porque temos duas escadas internas e não existe gente suficiente para efetuar esses controles.

Não dispomos de circuito de câmeras, nós não temos sistema de furto, o sistema de detecção de fumaça foi desativado também em 2011, pelo fim do contrato, não sendo retomado até o presente momento e várias das nossas dependências estão necessitando, os disjuntores estão caindo, a gente está com várias infiltrações no prédio, a gente tem muitas dificuldades na nossa rede logica também porque ela já é bastante antiga, de 2004, até o presente momento, não conseguimos uma retomada, porque o que pode se dizer, que ainda que na gestão do Prefeito Dário Berger, as nomeações fossem de caráter político, a instituição não se via privada de materiais básicos para seu funcionamento. O laboratório apesar de não estar desativado contava com poucos materiais e na medida em que fossem feitos projetos e apresentados, infelizmente não foi o caso, por causa da ausência de equipe técnica.

Eu posso testemunhar que de 2010 a 2012, eu trabalhei sozinho no arquivo, não havia possibilidade de administrar, atender ao público, elaborar, executar e supervisionar projetos.

As nossas equipes são sempre flutuantes, espero que agora sejamos uma equipe permanente, apesar da gente encontrar diversas dificuldades para que essas servidoras permaneçam aqui.

Em relação a toda essa desestrutura, eu diria, tudo isso foi solicitado, foi comunicado e pedido e indicado os meios e fins ao atual secretário de cultura, porque nós fomos passados, como eu disse, o Dário Berger nos tornou gerência em 2009, mas ainda estávamos subordinados a secretaria de administração.

No início de 2013 a gestão vigente transfere da administração para a secretaria de cultura. Saímos de uma secretaria meio, fomos para uma secretaria fim, a secretaria de cultura atualmente ela é ineficiente. O secretário não tem sensibilidade nenhuma em relação ao arquivo público, e por mais que tenhamos solicitado e pedido soluções, nenhuma delas foi atendida.

O que percebemos é que há uma deliberada decisão de não atender e não adequar o arquivo nem as suas atribuições nem ao mínimo funcionamento, na medida que nos falta até mesmo materiais higiênicos, então são questões que acabam nos levando a um confronto, nós servidores, trabalhamos para Sociedade Florianopolitana, os secretários trabalham para o governo e eles não conseguem entender que todos trabalhamos para o mesmo propósito.

Os servidores são sempre colocados de escanteio, não são ouvidos e nesse sentido, nós hoje em dia, não contamos com nenhuma autonomia, nem decisória, nem financeira, se quer representativa, e para as mínimas representações que solicitamos juntos ao secretário não diligenciou em a enviar um ofício nos autorizando a essa representação, razão pela qual o arquivo tem perdido na repercussão ficando cada vez mais restrito ao prédio, cada vez mais restrito aos pesquisadores do Curso de História, principalmente que eventualmente nos procuram pra pesquisar mas que, fora da sua necessidade em específica, não nos procuram, não lutam, não batalham junto com a Instituição, não a fortalecem.

O que a gente percebe é que essa estrutura, ela está declinando, em todos os gráficos que a gente pode constituir, em relação a todos os aspectos da gestão documental, a preservação dos documentos, conservação, pessoal, recursos tudo, todos os nossos gráficos indicam curvas descendentes, e como não tem sinalizado nenhuma resposta, posso dizer que desde 2014 quando me constitui gerente até o presente momento eu não tive sequer, aliás, tive um ofício só respondido que foi me proibindo de cursar arquivologia, dos outros que dá mais de 120 ofícios nenhum foi respondido, de nenhuma das nossas solicitações.

**C.E.R: Nosso tempo está quase se esgotando e em primeiro lugar agradeço enormemente a sua gentileza em ter nos recebido aqui, e as suas colocações são fundamentais, não só para nós, mas para todo historiador e principalmente, para aqueles que trabalham com a questão educacional. Teça as**

## **suas considerações finais, o que você gostaria de deixar registrado a mais? O que você espera?**

**Hailor:** Bom professor, em nome da Instituição, que ainda represento, eu gostaria de agradecer sua iniciativa e como essa entrevista, como essa pesquisa do senhor se destina a uma publicação na revista AGORA, hoje voltada, muito principalmente para o curso de Arquivologia; eu como acadêmico do curso, trabalhando dentro de um arquivo, vou procurar tecer minhas considerações finais a esse público.

Em relação a constituir parceiros para essa batalha, eu me confesso cansado, eu me confesso bastante desiludido, mas não me dou por derrotado, a batalha a gente luta em várias frentes, há avanços e há recuos.

Mas quando a gente fala em ética, em primeiro lugar ela não é uma disciplina, é um dever de agir. Aqueles que se pretendem arquivistas, ou como nós historiadores, temos o dever de agir na defesa disso que é patrimônio documental público, está dentro dos arquivos.

Hoje, o arquivo do município de Florianópolis não conta com nenhuma parceria, nenhum apoio do Departamento de História ou o Departamento de Ciência da Informação ou com o Curso de Graduação de Arquivologia, e quando falo da área de História refiro-me de toda Santa Catarina.

O Senhor vem aqui e nos presta essa solidariedade, o que é um alento para gente. O curso de Arquivologia, a maioria dos acadêmicos nos procura para fazer pesquisa que resultam na composição de um trabalho acadêmico, que vai ser o cumprimento de uma atividade de avaliação e que tão logo seja emitida a nota para aluno e consubstanciado no diário de classe do professor, ali se extingue, não existe nenhum procedimento de relação entre o curso e o arquivo.

A primeira vez que fui gerente no ano 2011, meu primeiro ato foi propor que este arquivo se tornasse um arquivo escola e eu o ofereci aberto, e naquela oportunidade teríamos todas as

condições de fazê-lo, tínhamos aqui todas as demandas necessárias para formação de um arquivista.

Até hoje não obtivemos resposta da coordenação do curso. Fomos em busca do curso de Arquivologia para procurar parceiros, para poder enfrentarmos isso, e como Historiador a gente sempre quer deixar o nosso legado, seja trabalhando com o fato, uma personalidade histórica que consideramos ilustrativa de determinados valores, e por vezes isso fica num livro, fica num filme, fica em alguma coisa.

Eu tracei como historiador, o objetivo de defender os documentos da minha cidade, e hoje eu percebo que eu não vou conseguir fazer isso sozinho.

Então as minhas considerações finais, fica aí um registro de uma Instituição que está nos seus estertores, que ela já não conta com a sensibilidade da administração pública, que a sociedade Florianopolitana vai ser alijada de seu próprio patrimônio, sendo ele todo custodiado e terceirizado no município vizinho e que isso tudo é fruto da omissão. Eu chamo da omissão, a partir do momento que as pessoas são comunicadas insistentemente sobre a necessidade de se posicionar e não fazem, isso é omissão, no meu caso se eu me furtasse a falar tudo que falei e fazer tudo que quis aqui dentro eu seria negligente, que é diferente.

Deixaria para os leitores da revista AGORA, aqueles que leram esta entrevista, que tenham um pouco mais de ética, no sentido de agir por dever, não querer nada de volta, não queira uma bolsa, não queira uma extensão, não queira nada. Venha defender a Instituição, como um princípio moral, um valor que é condizente com a profissão que você vai exercer, que do contrário a pessoa jamais vai se poder dizer arquivista, ela vai poder se dizer uma pessoa que trabalha em arquivo.

O arquivista é aquela pessoa que tem a consciência de que deve muitas vezes privar-se um pouco, em função da defesa de algo que está acontecendo em toda região da grande Florianópolis, no país inteiro, e que se nós não cuidarmos, ninguém vai cuidar, muitos nos procuram, na esperança de que haja um concurso

público para arquivo e a eles eu alerto, que se houver arquivo, num curto prazo, nós daremos por felizes.

Aos historiadores eu deixo a provocação de que temos aqui um manancial de matéria prima, básica do serviço do historiador e que está sendo negligenciado por uma visão estereotipada, de que tivemos em relação aos documentos oficiais, ainda assim os documentos e os arquivos são preservados com muito afinho.

Os nossos documentos se querem foram lidos! Como que eles podem ser descartados? Como fontes não confiáveis? Ou como fontes que corroboram uma versão oficial ou a versão dos vencedores? Temos inúmeros relatos aqui que permitem dar visibilidade para parcelas significativas da sociedade que até hoje nunca tiveram o escrutino e o historiador, o trabalho de reflexão sobre, e, procurem saber do que temos de produção sobre a história da Cidade de Florianópolis e vejam quantas referências tem os nossos documentos.

**C.E.R: Obrigado.**

## **REFERENCIA**

**FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. BRASIL. Primer Borrador de Informe sobre la Situación del Patrimônio Documental de América Latina.** Madrid, março de 1999.

### **FLORIANÓPOLIS MUNICIPAL ARCHIVE: 21 YEARS**

**Abstract:** Interview with the File Manager, Hailor Fernandes, on July 1, 2015, the Florianópolis, Municipal Archive on the occasion of its 21 years of existence. The themes treated on: a historical archive; of its documentary funds; operating conditions and infrastructure; access to information and research; administrative autonomy and ends with the need for defense and clear public policies in the protection and conservation of the documentary heritage of the city.

**Keywords:** Historical Archive. Documents. Memory. Archives - Search. Preservation.

*Originals recebidos em: 10/07/2015*

*Aceito para publicação em: 20/08/2015*

*Publicado em: 20/10/2015*